

**MODELO**

# PRIMEIRA VERSÃO

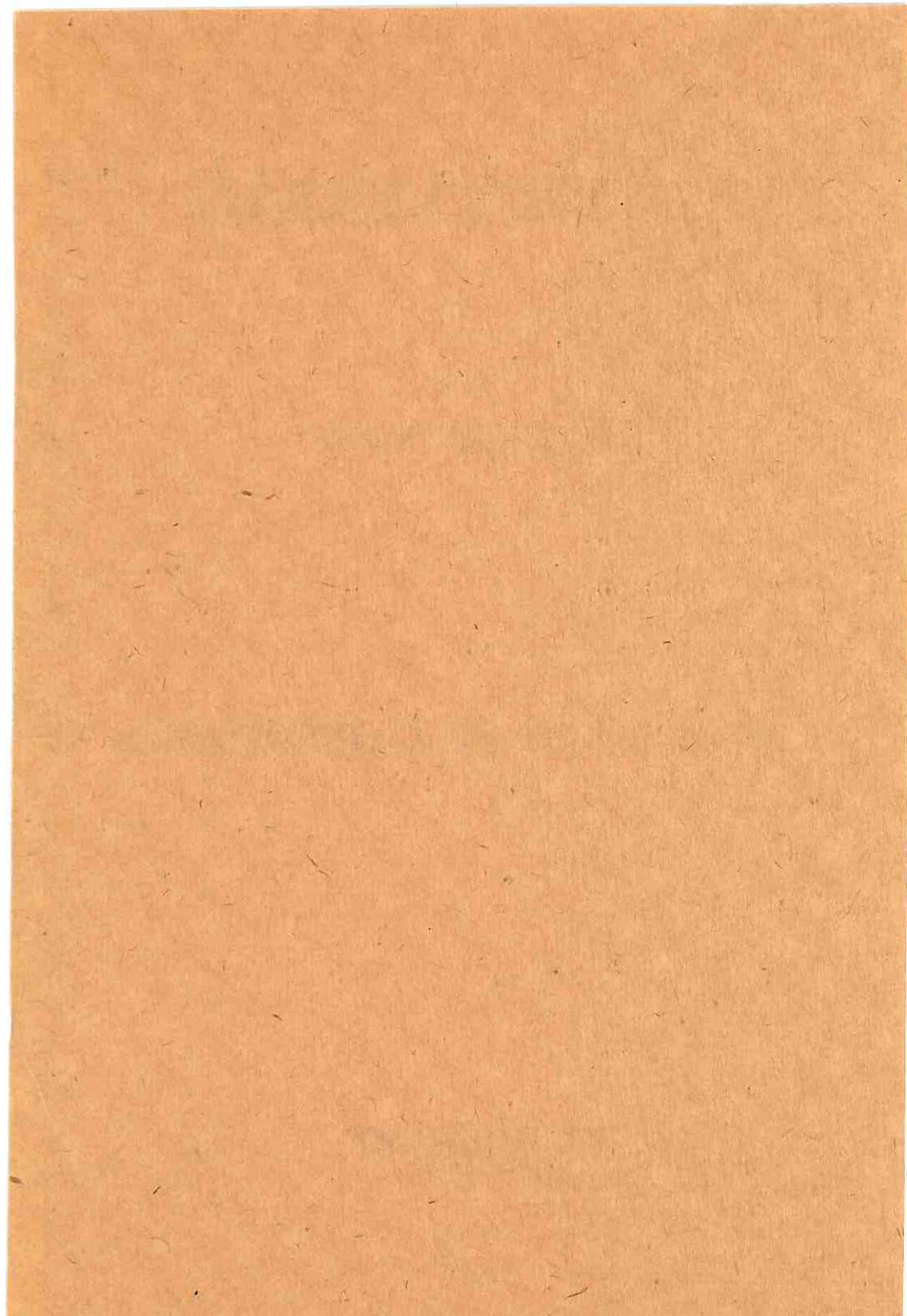
**DENISE BOTTMANN**

## A PROPÓSITO DE CAPISTRANO

**IFCH/UNICAMP**

**No. 3 - 1989**

BRASIL - SÃO CARLOS - SP  
1989 - 1989 - 1989  
1989 - 1989 - 1989  
1989 - 1989 - 1989



## A PROPÓSITO DE CAPISTRANO

Denise Bottmann  
Deptº de Filosofia do IFCH

Neste pequeno artigo, retomo e trato de maneira mais definida uma parte de um estudo meu de alguns anos atrás, sobre a concepção histórica, o método historiográfico e o alegado positivismo de Capistrano de Abreu (1853-1927). Historiador, antropogeógrafo, etnólogo, lingüista de origem cearense, radicado desde o fim da adolescência no Rio de Janeiro, ele pertence à chamada "geração dos anos 70", um dos "mosqueteiros intelectuais", na expressão de Nicolau Sevcenko (80).

São inúmeras as questões que podem ser levantadas acerca de sua biografia e papel intelectual nas últimas décadas do século passado e primeiras décadas do atual. Desde, em termos mais tradicionais, os subsídios que deixou para a fundamentação de uma teoria da história regional, como sugere Brasil Pinheiro Machado (177-205, em esp. 194-5), até a indagação dos fios que o ligariam indiretamente, através de Paulo Prado, ao Movimento Modernista dos anos 1920: lembro-me que, tendo certo dia procurado o saudoso Alexandre Eulálio para consultá-lo sobre uma bibliografia acerca de Capistrano, ele sugeriu uma possível e curiosa influência do pessimismo, aliás notório, desse historiador

sobre o "anarquismo antropofágico" de Oswald de Andrade... Ou até a profunda ressonância de suas abordagens no tratamento sociológico que o jovem Gilberto Freyre viria a usar em Casa-Grande e Senzala: como dizia José Lins do Rego, G. Freyre estava iniciando o que Capistrano não quisera concluir (xxx). Ou ainda a ênfase sobre o papel dos rios na formação histórica do Brasil, particularmente o Tietê e o São Francisco, compartilhada mais tarde por Sérgio Buarque de Hollanda, por exemplo em Monções. E ademais a proposição do conceito de mesticagem, de formulação bastante complexa, como a principal categoria histórica da identidade nacional. E é este o ponto que me parece de extrema importância na empreita intelectual de Capistrano: como "intelectual da modernização" (Richard Graham), ele está profundamente engajado na busca - ou construção - dos traços que definiriam a brasilidade, o caráter nacional das gentes desta terra.

\*.\*.\*

Felizmente, parece-me já distante a época em que podíamos nos contentar em designar meio século de produção historiográfica no Brasil, aquele que vem estacar à soleira dos anos 1930, como "positivismo" tout court, expressão apenas de uma dependência cultural a "vínculos externos excessivamente pesados" (Carlos Guilherme Mota, 25). Já há alguns anos, vêm-se desenvolvendo trabalhos diversos de análise dos mais variados aspectos da historiografia brasileira - desde autores, relatos de viajantes, projetos intelectuais como o do IHGB, sem a fácil complacência do recurso aos rótulos estereotipados que elucidam muito pouco e confundem muito mais. Dois bons exemplos dessa via mais desassombrada são Roberto Ventura e Francisco Moraes Paz. Por meu lado, a proposta que eu me estabelecera havia sido uma leitura de tipo "epistemológico", isto é, de desconstrução analítica dos argumentos e conceitos utilizados por Capistrano de Abreu em sua obra madura, particularmente em seu livro Capítulos de História Colonial (1500-1800).

Neste breve ensaio, gostaria apenas de apresentar o painel geral de minhas reflexões, recortando - a partir da apresentação global da estrutura formal da obra citada - questões de fundo, cujo desenvolvimento, porém, escapa inevitavelmente ao âmbito de um artigo.<sup>1</sup>

Assim, procedo agora a um esboço de análise daquela que pode ser considerada a obra-síntese de Capistrano, tanto pela sua abrangência temporal como pela coesão e densidade interna: os Capítulos, escritos entre 1906 e 1907, por encomenda de Vieira Souto.<sup>2</sup>

## i. Capítulos e Capítulos

A primeira coisa que salta à vista do leitor é a chave semântica que religa os Capítulos do título aos próprios capítulos em que se ordena a obra.

Os Capítulos não são apenas as seções ou divisões usadas para a distribuição interna do texto; não são apenas capítulos no sentido usual da palavra. São realmente Capítulos, não da obra, mas da própria História (com H, como preza Capistrano) do Brasil. É a História já articulada a partir das histórias episódicas (que, por si sós, não passariam de "contas de um

---

(1) Este desenvolvimento das questões de fundo aqui recortadas está sendo elaborado como um ensaio mais abrangente, a ser publicado como livro. Os materiais foram reunidos e passaram por uma análise inicial sob a forma de minha dissertação de mestrado, Padrões Explicativos da Historiografia Brasileira, UNICAMP, 1985 (mimeo).

(2) Quanto ao caráter sintético e o propósito grandioso da obra, ver, primeiro e indispensavelmente, a própria obra; a seguir, J.H. Rodrigues (E), Paulo Prado (ESP), Alice Cannabrava (17). Por outro lado, quanto às suas dimensões reduzidas e sua estrutura "didática", ver Capistrano, em especial suas cartas a Guilherme Studart (CI, 171-8, 1906-7). Quanto à ocasião de preparação, publicação e reedição dos Capítulos, ver J.H. Rodrigues (E). Aqui eles serão citados conforme a edição UnB, 1982.

rosário" tal como, dizia ele, eram mecanicamente debulhadas pelo estilo historiográfico de Frei Vicente do Salvador). Essa História, compondo-se a partir delas, supera-as enquanto empreita historiográfica, mas também, e sobretudo, enquanto totalidade real dotada de sentido. Essa História é realizada na prática pelos homens, ao longo do tempo, a partir de suas ações e muitas vezes à sua revelia.

No entanto, para Capistrano, a construção efetiva, isto é, no real, dessa História depende de certas condições e de determinado tipo de ação humana. À frente, tratarei dessas condições e requisitos, mas adianto a grosso modo: quanto às condições, significa um certo tipo de relacionamento dos homens com seu meio ambiente; quanto à ação, para que ela crie história, há de ser consciente, voluntária, deliberada, guiando-se pela "força de vontade" para sobrepujar condições desfavoráveis ou excessivamente favoráveis do meio.

Constituída a História, pois, não seria possível tratá-la episodicamente, em suas "histórias" particulares: tal procedimento historiográfico decompositivo deixaria escapar o cimento, o fio que une esses eventos empíricos e consolida-os numa totalidade significativa. Daí o estatuto não meramente classificatório dos Capítulos: são eles, a nível interno da obra, os correspondentes das instâncias e níveis tematicamente destacados, em ordem de complexidade crescente, da suposta realidade que Capistrano pretende reconstruir.<sup>3</sup>

---

(3) Daqui por diante, passo, de modo geral, a eliminar as cláusulas que condicionam e relativizam minha interpretação do que seja a atividade historiográfica. Assim, no texto, a realidade não será mais "suposta", sua reconstrução não mais "presumida", e assim por diante. Com isso, espero não sobrecarregar o texto e respeitar a intenção do autor, supondo que o senso crítico do leitor não lhe permitirá ver aí uma adesão pessoal às teses comentadas. As expressões entre aspas, mesmo quando não acompanhadas de referências, são as usadas por Capistrano, salvo indicação em contrário.

Assim, na medida em que uma acepção recobre e ultrapassa a outra, o que seriam capítulos do índice de uma obra historiográfica converte-se, a partir do próprio título geral do livro, nos Capítulos da estruturação efetiva da História Colonial.<sup>4</sup>

Lembra bem Pedro de Alcântara Figueira que o título de uma obra não é casual. No caso de Capistrano, segundo ele, os Capítulos de História Colonial já atestariam, por si só, da "manipulação ideológica" que os constitui, gritando bem alto as intenções de escamoteamento do real que estariam movendo o autor - em contraste, por exemplo, com o título mais materialista e explicitamente econômico (e por extensão, segundo Figueira, menos ideológico) do livro de Antonil, Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas (Figueira, 190-1).

Não é este o meu ponto de vista, ao inquirir do título e do ordenamento das matérias do Capítulos. Ainda assim, creio que eles podem dar margem a algumas reflexões.

Se nos lembrarmos de que:

- a. era uma preocupação comum à geração intelectual a que se filiava Capistrano de Abreu, nos cinquenta anos que intermediam os séculos XIX e XX, a construção de um passado histórico brasileiro, principalmente quanto aos traços e costumes de sua gente, como contribuição intelectual para a constituição e definição de uma identidade nacional, fosse ela positiva ou negativa;
- b. não era, e continua a não ser, incomum a apresentação da história do Brasil a partir do movimento geral europeu da expansão ultramarina,

---

(4) Por essa razão, o leitor notará o uso variado de Capítulos, Capítulos e capítulos, conforme o contexto. Pela mesma razão, os nomes dos capítulos dispensarão aspas, e a palavra "história" virá ora com H, ora com h, conforme se refira mais estritamente à concepção pessoal de Capistrano ou seja usada em outros contextos.

independentemente das divergências de interpretação que possam existir entre os autores,

o que se destaca de imediato, na ordenação dos Capítulos, é a precedência, por ordem de entrada, dos Antecedentes Indígenas. Quanto à razão disso, podemos pensar em algumas pistas. A primeira delas se encontra na observação de D'Avezac, comentada por José Honório Rodrigues (E, 33): D'Avezac, em suas Considerações geográficas sobre a História do Brasil, havia criticado a ordem dos capítulos, iniciando-se com a Europa, que Varnhagen dera à primeira edição de sua História Geral do Brasil. Considerando justa a crítica, Varnhagen, na segunda edição, altera a disposição dos capítulos, e passa a abrir com a descrição do Brasil. Capistrano de Abreu, ao que parece, e também segundo J.H. Rodrigues, não ficou insensível à observação. Essa sua receptividade, porém, muito provavelmente devia-se a fortes razões conceituais. Por ora, limitemo-nos a sugerir que elas diziam respeito ao papel de base, fundante, quase trivial em sua auto-evidência, desempenhado pelo meio físico: cenário indispensável para que se dê qualquer fenômeno, efetue-se qualquer episódio. Além desse aspecto quase acaciano de inevitável e necessário espaço onde se sucedem as coisas, Capistrano atribui um peso, já não tão trivial ou evidente, às influências e determinações, igualmente básicas e fundantes, do meio, "elemento essencial para a compreensão do processo histórico" (Emília Viotti da Costa, 5). Por que assim é para nosso autor, veremos a seguir.

## i. Natureza e História

Aos Antecedentes Indígenas, seguem-se os Fatores Exóticos.

O que ocorre a nós, leitores, é que, entre o que antecede e o que é exterior, há um vazio, um espaço em branco, que logo nos leva a perguntar: "antecedentes de quê? exteriores em relação a quê?" A fácil resposta - "mas claro ... à História Colonial do título!" - é útil para sabermos do que se trata num livro quando o

pegamos na estante. Indo um pouco mais à frente, já não é tão esclarecedora. Pois a questão é justamente que, a partir de uma matéria-prima mais ou menos parecida (fontes, arquivos, documentos etc.), executam-se diferentes construções historiográficas, resultando em obras de diferentes vieses interpretativos. E esse processo da construção não é manifesto, não se faz patente na textura da obra pronta. Além do mais, seria perfeitamente legítimo imaginarmos outros ordenamentos plausíveis da matéria, se se modificasse um ou outro critério do "partido arquitetônico" escolhido.

Assim, ao primeiro contato, sabemos que aquele "quê" implícito é a terra brasiliis. Todavia, ela só é dita, adquire nome e torna-se algo quando é descoberta. Retomando a clara resposta que dá J.H. Rodrigues: "a história (nos Capítulos) começa com essa gente que chega e transforma a terra, e não com o indígena e seu habitat" (E, 33). Por ora, até o final do segundo Capítulo, ainda não se trata de história brasileira. Até o terceiro Capítulo, que é quando chegam Os Descobridores, temos de um lado uma naturalidade que se furta ao histórico e, de outro, uma historicidade ainda exógena que, ao longo de décadas, prepara europeicamente sua arribação ao futuro Brasil.

Dessa forma, a primeira questão que podemos levantar, quanto à boa vontade de Capistrano em atender à já referida crítica de D'Ávezac e Varnhagen seria: abrir uma História do Brasil com dois Capítulos que apontam cegamente (mas apenas até certa medida, como veremos) para algo ainda "fora da história" corresponderá à convicção de que aqui se forjará historicamente uma identidade nacional?

Ora, é esta a questão fulcral de Capistrano. Desde seu primeiro capítulo, ele dera as pistas sobre o ciclópico empreendimento de construção da brasilidade: este será o produto de uma mescla entre o natural e o exótico. Porém, atenção: aqui esta mescla se refere menos às raças - o índio, o branco e o negro que ulteriormente comporão o suporte empírico e material da mesticagem, enquanto principal característica da brasilidade -, e mais ao estatuto de historicidade atribuído aos diversos elementos humanos que se encontra-

rão e se cruzarão a partir do terceiro Capítulo. A mescla entre esses elementos é apresentada como uma fusão entre o natural, entendido não só como o ali-nato, mas como aquilo que ainda não ascendeu à ordem do histórico, e o exótico, que conjuga tanto o branco como o negro. Quanto ao exótico, o estatuto de historicidade se distribui desigualmente entre seus dois componentes. O luso é que é o portador de história, e por isso tem uma história a ser contada: ocupa mais de 7/8 do Capítulo. O africano ocupa o restante final do Capítulo, e não por ter uma história a ser contada, mas por ser "igualmente alienígena" (54), carreado para ocupar o lugar material da história que o meramente natural não supriria: o trabalho (id.).

### iii. A História Constituída

Depois de ingressados na História, isto é, do terceiro Capítulo em diante, é interessante notar que, dentre os onze que a compõem, o Capítulo de longe o mais extenso é O Sertão: ocupa mais de 1/3 do total de obra. Diga-se de passagem que Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil partilham igualmente a tarefa de apresentar a empresa pioneira de desbravamento das matas e ocupação do interior, para além do "tênue fio litorâneo".

Aliás, a exigüidade das costas brasileiras e sua insuficiente articulação é um tema a que Capistrano alude desde o início dos Capítulos. Claro está para ele que a força desse país que ama, admira e do qual espera realizações<sup>5</sup> encontra-se na conjugação do vasto

---

5. Esta é uma fase famosa sua, escrita em carta a Urbano Duarte de Oliveira, em 7-9-1895 (C I, 63). Comentando a situação política da República, Capistrano expressa sua descrença numa "sociedade melhor". Em pós-escrito, acrescenta: "Ao pôr a data, arrependi-me do que tinha escrito. Amo, ...". Para Cruz Costa, essa declaração serve como prova contra seu pessimismo, igualmente famoso: "Era Capistrano, um pessimista? Aparentemente era. Mas quem disse, como ele,

território que se expande continentalmente - e não pelo litoral - com os núcleos do povoamento que adentram as regiões interiores. Tal conjugação território-povoamento, desde a fundação de Piratininga, significa para Capistrano a força da vontade humana, capaz de vencer a inércia provocada pela subordinação do homem ao meio físico (70, 113). Trata-se da epopéia que envolve os combates e as vitórias sobre a geografia do território. Por isso o sertanejo vai aparecer como retrato ideal do novo tipo étnico brasileiro - mas como resultado histórico-ideal. E por isso ainda - por ser resultado efetivado -, vai interessar a Capistrano retratar os rumos e os movimentos que, a nível dos fatos empíricos, levam à possibilidade de elaboração de uma síntese histórica duradoura.

Esses rumos e movimentos, Capistrano encarna-os no jesuíta e no bandeirante. Que não surpreenda o elogio épico dessas figuras nos Capítulos. O primeiro é o próprio fundamento (nos termos subjetivos de seus projetos e ações) da História do Brasil; o segundo é a causa eficiente do desbravamento da natureza. Se por um lado a ocupação das terras cobra um alto preço com os horrores da violência bandeirante (116), por outro lado, ainda que fracassada, a obra missionária lança sementes de heroísmo patriótico (85, 102).

A partir disso, os dois problemas que se levantam para a análise são: em primeiro lugar, que para a constituição dessa História seja necessário um eixo estruturador supracircunstancial; em segundo, que tal eixo seja formado por grupos humanos, em relação ativa com o território.

---

(cont.) "amo, admiro o Brasil e espero dele" poderia ser verdadeiramente pessimista?" (RH, 21, grifo do autor). O que Cruz Costa não comenta são as razões da confiança de Capistrano, aduzidas logo a seguir na mesma carta: "Afinal, os maus brasileiros passam, o Brasil fica" (id.). Não por acaso, a enorme admiração de Capistrano por Antonil deve-se a que este teria revelado o segredo do Brasil aos brasileiros: a natureza com suas potencialidades. Nesse sentido, amar ao Brasil apesar dos brasileiros remete a uma certa ambição de fundo.

Assim, quando Capistrano aborda O Sertão e dedica-lhe mais de um terço do livro, é porque vê aí a mais completa expressão das lutas e conflitos que compõem sua história nacional. O povoamento interior deixa a ocupação da costa na sombra, a todos os respeitos (113). E tal ênfase sobretudo porque é assim que vão se formando os contornos efetivos do território, é assim que se poderá, do jogo dinâmico entre as forças do meio e as forças da vontade humana, definir-se a forma institucional da nação. São os contornos da ocupação de facto que, posteriormente, serão reconhecidos de jure, pelo princípio do uti possidetis (175, 180), a valer nos tratados internacionais de demarcação das fronteiras coloniais em disputa entre Portugal e Espanha.

A Formação dos Limites, que se segue a O Sertão, ilustra a distância entre o trabalho prático (e cruento) de povoamento das terras e os longínquos interesses de Portugal (definidos em debates inanes, 181), ao mesmo tempo em que aponta a estreita vinculação entre ambos.

Distância, em primeiro lugar, acentuada pelas cores dramáticas e exaltantes com que Capistrano descreve detalhadamente a ocupação do território, em oposição às cores neutras das pinceladas gerais com que traça a disputa das fronteiras coloniais entre Portugal, Espanha, França e Holanda. Vinculação, em segundo lugar, por ser o povoamento, afinal, do máximo interesse para Portugal, em virtude do restabelecimento do direito de uti possidetis como princípio a reger os tratados.

O Sertão precede de fato e de direito à Formação dos Limites: a nova psicologia do colono, imbuído de "espírito patriótico" e "nacional" (97, 111), que nas Guerras Flamengas já decidira a favor de Olinda contra Holanda, prepara n O Sertão a base concreta - a ocupação efetiva - que permitirá a legal definição do contorno do país para a metrópole. Mas o que importa fundamentalmente a Capistrano é que, para além desses elos vigentes entre a colônia e a metrópole, assim se estabelece não só o perfil da futura nação, mas, e acima de tudo, a têmpera cívica de seus homens.

#### iv. A História Montada

Gostaria de ressaltar que a ordenação dos Capítulos, como vimos vendo até aqui, temática antes que cronológica, não é indiferente. Insisto neste ponto, em contraposição à interpretação de J.H.Rodrigues, para quem neste ordenamento "se trata mais de distribuição de matéria do que de periodização" (THB, 136). Continua ele: "é claro que a divisão (dos Capítulos) não obedeceu ao intuito de periodizar (...). Ele (...) perceberia que o quinto e o sexto capítulos obedecem a um critério quase exclusivamente político-administrativo, o primeiro a um juízo mais geográfico, os outros a dados históricos, sendo o último apenas um título e nada mais" (id.). Vale lembrar que, para J.H.Rodrigues, "pensar a história já é certamente periodizar", e o ofício do historiador atinge sua culminância "filosófica" quando procede a periodizações; enquanto que, por outro lado, "limitar-se" a distribuir a matéria é uma falha e uma insuficiência no métier (125-44). Assim, embora ele seja o mais enfático em reconhecer em Capistrano o maior historiador brasileiro e o melhor periodizador da história do Brasil (133, 134, 135, 136, 144), não é nos Capítulos que se evidenciaria esta sua segunda qualidade.

O ponto em discussão é que, no entender de J.H. Rodrigues, para que um determinado ordenamento temático seja significativo, é necessário um critério uniforme que aponte para uma síntese periodizada (134-7). O que eu defendo é que o ordenamento de Capítulos de História Colonial não é um alinhavamento mais ou menos casual, mais ou menos intercambiável, de matérias díspares. Pela própria exigência de concisão a que Capistrano se vira obrigado nesta obra, o ordenamento temático deveria permitir a montagem de um painel coeso, coerente, capaz de, na conclusão, mostrar o efetivamente realizado, a real História do Brasil-Colônia, conforme ela se lhe afigurava.

A ordem das matérias - "os andaimes levantados", como diz Capistrano - pretende-se referida, de modo mais ou menos direto, às instâncias e planos empíricos que, tratados historiograficamente, conferem sentido

ao aglomerado fatural da realidade. Dessa forma, a "distribuição de matéria", de fato desigual e heterogênea, obedece a uma hierarquização temática em escala crescente, conforme o grau de importância atribuída aos elementos. Essa hierarquização, por sua vez, agrupa-se internamente por linhas cronológicas, finalmente coroada por um balanço sintético do resultado histórico que se apresenta por volta de 1800.<sup>6</sup> Em outras palavras, é precisamente este, e não outro hipotético ordenamento, que permite a Capistrano, dentro desses critérios, apresentar os elementos de síntese para a sua História, extraindo-os como resultantes (e não pressupondo-os como dados) da realidade empírica tratada. Dificilmente poder-se-ia conceber outra distribuição dos Capítulos sem prejuízo para o tipo de

---

6. Note-se, porém, que o que J.H.Rodrigues chama de "periodização" em Capistrano não está ausente dos Capítulos. Na constituição da identidade nacional, a primeira fase seria caracterizada pelo "transoceanismo", isto é, a aversão dos portugueses aqui residentes à terra brasileira, a ânsia de enriquecer e voltar logo para Portugal, a nostalgia pelo solo natal, estendendo-se até o começo do século XVII (ver Franceses e Espanhóis, As Guerras Flamengas). A segunda fase se define quando se manifesta o sentimento de superioridade em relação à metrópole, que prossegue até o começo do século XIX. Não creio que essa descrição de J.H.Rodrigues esclareça o conteúdo fundamental da periodização empregada nos Capítulos: nestes, o que importa no primeiro período da história colonial é o alto grau de dispersão, a ausência de iniciativas integradas, o alto particularismo dos interesses individuais e sociais, sendo a única exceção os jesuítas. A partir das Guerras Flamengas, manifesta-se um sentimento de unidade coletiva na defesa de Olinda contra o domínio holandês. Capistrano vê aí não especialmente a defesa dos interesses da Coroa portuguesa, mas sim da própria terra brasileira. Há um início de "solda" da identidade nacional e uma consciência mais autônoma. Isso lhe permite avaliar o grau de historicidade do povo que, aos trancos e barrancos, vinha construindo sua história, da qual só apercebe ao enfrentar o inimigo externo.

inteligibilidade pretendida para esta História, nos seus nexos com o Capítulo precedente e o subsequente, nos seus próprios nexos internos e nos seus nexos com o conjunto global da obra.

Mesmo os Capítulos iniciais, que parecem se manter em compasso de espera até que se inaugure a História do Brasil com seu descobrimento, mostram-se necessários como divergentes pontos de partida que confluirão para o mesmo alvo. De um dos pontos, passa-se da natureza para a história. Do outro, um deslocamento espacial transporta o projeto prometeico de transformação histórica da natureza. Num, passa-se da terra de ninguém à terra que finalmente recebe o nome Brasil, que andava disponível à busca de um destinatário (60). Aqui, a tarefa civilizatória se assemelha à tarefa adâmica: dar nomes às coisas. Noutra, está-se a cumprir um plano histórico: andar sempre a Poente para chegar ao Levante (54, 47, 61, 169).

E não é de surpreender que alguns Capítulos se movam apenas ao longo de algumas décadas, ao passo que outros recobrem séculos, e algum seja eminentemente imóvel. Tampouco admira que essa heterogeneidade temporal por vezes oscile num vai-e-vem cronológico: o tempo físico está subordinado à constituição temporalmente irregular dos traços especificamente brasileiros. Talvez alguém se decepcione ao buscar, Três Séculos Depois, o fecho de ouro dessa história. Terá aí certamente mais que "apenas um título", mas será a súmula enxutissimamente articulada da obra de trezentos anos: grupos étnicos moldados pelo meio físico e com pequena margem de autonomia em relação a ele, ligados entre si por instituições culturais mais ou menos comuns a todos, com sentimentos coletivos a uni-los superficialmente na sua aversão ao estrangeiro, mas insuficientes para soldá-los internamente numa unidade homogênea (199-200). Essa composição particular do esquema geral fundado no tripé meio-raça-instituição é, por sua vez, apresentada como indicador do precário desenvolvimento propriamente histórico do país, tingida como está de irreduzíveis elementos naturais dispersadores.

## v. A Mestiçagem e Civilização

Aqui introduzo em linhas gerais um dos principais pontos de discussão acerca do alegado positivismo de Capistrano de Abreu. Trata-se do modelo explicativo com que ele opera.

Num encontro que me parece resumir emblematicamente o debate sobre a historiografia brasileira do período 1870-1920, E.V. Costa afirmava: "Para os historiadores desta fase a trilogia: o meio, a raça e as instituições parece fecunda como esquema de interpretação" (4). Simetricamente inversa era a oposição de Alice Cannabrava: "Parece claro que a trilogia meio, raça e instituições, ainda não fecunda a mente dos historiadores, no século XIX, como esquema de interpretação" (17). Segundo esta autora, Capistrano, visto como o principal nome da época, não teria lançado mão de tal esquema, por dois aspectos de sua obra: seu tratamento das instituições não teria ultrapassado o plano empírico, e a propósito das raças seria também "significativo que (nos Capítulos) nem um capítulo fosse dedicado ao negro e ao índio" (id.). Creio que, a este respeito, cabem algumas observações.

De fato, se tivermos de falar em categorias explicativas ou interpretativas predominantes em Capistrano, muito possivelmente elas não coincidirão com categorias contemporâneas, mesmo que formuladas e aplicadas com finalidades análogas - quando menos, pela própria distância temporal mais que secular em que se encontram as primeiras obras, e quase secular as últimas, deste autor. Afora essa nota trivial sobre o risco constante de anacronismo em nossos juízos de avaliação, cabe lembrar que as categorias de Capistrano não se fixam necessariamente no plano das relações políticas e econômicas juridicamente regulamentadas.

Quanto às instituições, a própria possibilidade civil de legalidade e formalização jurídica, para Capistrano, já é uma forma institucional. Quase poderíamos dizer que seus frutos, ainda que possam apresentar maior grau de legitimidade social, são instituições racionalizadas de segundo grau, tingidas, com uma frequência para seu gosto excessiva, de corrupção, vena-

lidade, parasitismo e ineficiência. As instituições primárias propriamente ditas, ele as vê - o "plano empírico" a que se refere A. Cannabrava - nas relações de cooperação, associação, divisão de trabalho não necessariamente formalizadas, na língua, religiões, formas práticas de partilha temporal e espiritual do poder, sistemas de defesa etc. O fato de serem mesmo pré-sociais ou exclusivamente privadas (CHC, 199) não diminui seu peso determinante na formação do caráter nacional (48-9, 54, 62, 93, iii, 159-60).

Quanto ao papel ambíguo, intermediário, variável, das raças, elas importam enquanto dados físicos que permitirão a formação compósita de tipos humanos específicos. São os tipos humanos (e não cada raça em si mesma), como resultado complexo da trilogia meio-raça-instituição segundo uma dinâmica singular, mas ao mesmo tempo como agentes de manutenção e reprodução dessa dinâmica, que constituem o foco principal da atenção do autor. A questão delicada é que essa trilogia se apresenta de maneira indissociável, e nenhum de seus elementos é tratado isoladamente. Por isso a importância do tipo humano para Capistrano, como chave de inteligibilidade de sua história: pois é ele que encarna e expressa uma determinada, e não qualquer, relação interna entre os três termos meio-raça-instituição. No caso do Brasil, esta formação complexa me parece ser a principal categoria, a síntese histórica em sua quintessência, para Capistrano de Abreu: é ela a mestiçagem, não só fisiológica, mas também, e sobretudo, "moral". Assim, tem razão A. Cannabrava ao dizer que o autor não dedica nenhum capítulo ao índio e ao negro. Mas eu acrescentaria que o livro inteiro é dedicado ao rastreamento da formação dos "grupos étnicos" que compõem a síntese dos trezentos anos estudados, e a eles cabem todos os Capítulos.

Finalmente, quanto ao meio físico: com efeito, talvez à primeira vista se afigure mais patente a conexão que Capistrano estabelece entre o meio e os homens. Mas note-se que, nesta conexão, os homens em seu meio não são apresentados como meros espécimes de uma raça. Eles já comparecem imersos em sua língua, sua religião, suas relações com o poder, suas atividades

econômicas, suas formas de sociedade e arte, em suma, imersos em suas instituições. A influência climática ou geográfica é, para ele, traço primário, dado básico, com grande peso causal, mas não insensível ou invulnerável, longe disso, à ação humana. Pode-se alegar com pertinência que, em especial no que se refere aos grupos indígenas, estes são tratados nos Capítulos como raça diretamente subordinada ao meio físico imediato, resultando de tal relação simples e direta instituições pouco articuladas e com fraco índice de coesão social. Isso parece significar antes de mais nada que, se há na indissociável trilogia meio-raça-instituição um elemento primário dotado de maior universalidade, é ele o meio natural. Mas não em si, não apenas enquanto tal: pois, conforme se impõe aos grupos que o habitam, ele se configura desde logo como território, composto e afetado pelas condições naturais circundantes, sem no entanto se reduzir a elas. É já local de morada, fonte de subsistência, espaço de dominação e defesa, em suma, é já "humanizado". Assim, para Ratzel, grande mestre de Capistrano, o território é o "elemento universal", locus onde se estabelece e se firma um determinado conjunto de relações - que, dependendo de sua complexidade interna, podem ser mais ou menos dinâmicas - entre os homens e seu ambiente.

Em outras palavras, concordo com E.V. Costa quanto ao uso da trilogia meio-raça-instituição por Capistrano de Abreu. Parece-me mesmo irrefutável o uso explícito em sua obra, e não só em sua parcela estritamente historiográfica. Por outro lado, porém, tal trilogia se sobrepõe como momento de segundo grau a um patamar conceitual primário. Pois Capistrano não se detém em extrair de uma combinação específica entre os termos da tipologia o resultado que se encarna num tipo humano. Este resultado - o tipo antropogeográfico, como ele o denomina - é invocado como indicador e classificador do grau de complexidade histórica que o envolve.

Vale notar que são os traços psico-sociológicos que adquirem certa autonomia e maior relevância para a definição do tipo antropogeográfico, como agente dotado de maior ou menor capacidade de se sobrepor às injunções do meio. Caso o tipo em questão mostre uma

preponderância de sua vontade combinada às suas faculdades racionais - permitindo uma "ação incorporada e inteligente" não só sobre o meio físico, mas dentro da sociedade -, ele poderá instaurar relações de complexidade crescente com seu ambiente e na sua vida social. A partir de um determinado grau quantitativo da complexidade nessas relações, será possível surgir um tipo qualitativamente novo de relações. É o que Capistrano, na esteira de Ratzel, chama de "povo civilizado". Caso as condições do meio sejam por demais rudes e inflexíveis, ou, pelo contrário, por demais brandas e férteis, os homens serão impelidos compulsoriamente sem margem para iniciativas próprias duradouras, ou, inversamente, não sendo estimulados a nenhum esforço, manter-se-ão numa inércia passiva. Ambos os casos significam uma subordinação imperiosa às exigências do meio: é o que ele denomina, ainda seguindo Ratzel, "povo natural".<sup>7</sup>

---

7. Ratzel: "A denominação de 'povo natural' não indica um povo que vive na relação mais íntima possível com a natureza, mas antes um povo que, se nos permite a expressão, vive sob o império desta (...) podemos afirmar que a diferença entre povo natural e povo civilizado deve ser buscada não no grau, mas no tipo de ligação que existe entre o homem e a natureza" (83, grifo do autor, *italico* meu). E ainda: "A civilização é independente da natureza não no sentido da completa libertação, mas no de uma ligação mais diversificada, mais ampla e menos imperiosa" (id., grifo meu). Neste sentido, entende-se por que o sentimento patriótico de uma identidade nacional é, para Capistrano, expressão de um nível superior de civilização, nisso ainda seguindo Ratzel: "Basta verificar que, junto com o progresso da civilização e com o crescimento das populações, vai crescendo a importância da vida econômica, para se convencer de que a libertação frente à natureza não poderá jamais ser absoluta (...) esta relação constitui exatamente um novo elo (...) que liga o povo ao seu território. Pode-se dizer ainda (...) que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que o recebe" (81-2).

Em suma, há uma dualidade básica constante sobre a qual se ancora a trilogia meio-raça-instituição. O papel específico desse segundo momento conceitual, representado por esta trilogia, é o de fornecer um amplo leque de variações e combinações na produção de novos resultados sociais e históricos, a partir de cada tipo antropogeográfico definido. Com isso, essa trilogia passa a ser utilizada como esquema indicador e diferenciador a ser aplicado aos objetos empíricos analisados (os grupos humanos). Estes, assim, tornam-se passíveis de classificação, de acordo com uma escala que os aproxima ou os distancia de um ou outro conceito fundamental ("povo natural" x "povo civilizado", "natureza" x "história", "natureza" x "civilização", com seus concomitantes "dispersão" x "coesão", "passividade" x "atividade", "simplicidade" x "complexidade", "imobilidade" x "progresso" etc.) para a avaliação e interpretação históricas.

#### vi. Tão Positivista Assim?

Não nego que seja possível o emprego de tal trilogia - que, como tentei mostrar, não é propriamente singela - por autores que não se remetem a qualquer outro patamar conceitual. É possível considerá-la suficiente como modelo explicativo (e, neste caso, de fato mais explicativo do que interpretativo) das sociedades humanas, com um perfil de análise eminentemente mecânico. Ademais, não creio que a qualificação "mecânico" precise encerrar necessariamente um conteúdo valorativo, seja de depreciação ou enaltecimento: julgo que existem obras muito percucientes e interessantes, que trabalham com modelos de tipo mecânico bastantes refinados e com contribuição inestimável para as ciências humanas. A questão é apenas de precisão: parece-me equivocado ver em Capistrano um autor alheio às discussões do historicismo. Ainda que ele não opere com uma cisão de tipo kantiano ou neokantiano entre natureza e história, sua concepção histórica convive e, a meu ver, de fato funda-se no pressuposto, não de que a história seja livre e autônoma frente à

natureza, mas que relações humanas complexas e mediadas com o meio natural são relações propriamente históricas, onde os sujeitos, a partir da razão e da vontade, têm uma certa margem de liberdade para construir uma realidade que seja histórica: algo, convenhamos, bastante estranho àquelas correntes positivistas e funcionalistas que, na complexidade crescente das sociedades, não vislumbram senão um maior acúmulo quantitativo de mediações.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, João Capistrano de. Obras (7 v.). 2ª ed., RJ, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1976-7.
- \_\_\_\_\_. Capítulos de História Colonial: 1500 - 1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, Brasília, UnB, 1982. CANNABRAVA, Alice, "Roteiro Sucinto do Desenvolvimento da Historiografia Brasileira", in Anais do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. V. II, IEB, USP, 1972. Cit. cf. separata, UNICAMP, mimeo, 1978. COSTA, João Cruz. "Correspondência de Capistrano de Abreu", in Revista de História VI, 21-2, jan-jun 1955. SP, USP (541-543).
- COSTA, Emília Viotti da. "Anotações à margem do Relatório de História", in Anais..., cit. cf. separata mimeo, UNICAMP, 1978.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara, Historiografia Brasileira: 1900-1930. Tese de Doutorado, SP, mimeo, 1973.
- GRAHAN, Richard. Grã-Betanha e o Início da Modernização no Brasil. SP, Brasiliense, 1973.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 2ª ed., SP, Alfa-ômega, 1976.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. "Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná", in História: Questões & Debates. Curitiba, a. 8, nº 14-15, jun-dez 1987.
- NOTA, Carlos Guilherme, Ideologia da Cultura Brasileira. 3ª ed., SP, Ática. 1977.

- PRADO, Paulo. "Capistrano", in Estado de São Paulo, SP, 26-9-1928.
- \_\_\_\_\_. Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira. 2ª ed., SP, IBRASA, Brasília, INL, 1981.
- REGO, José Lins do. "O Próximo Livro de Gilberto Freyre". In: FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. 22ª ed., RJ, José Olympio, 1983 (xxiv-xxxii).
- RODRIGUES, José Honório, "Introdução" e "Explicação". In ABREU, J.C., Capítulos, op.cit. (3-14; 17-37).
- \_\_\_\_\_. Teoria da História do Brasil. 5ª ed., SP, Nacional; Brasília, INL, 1978.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. SP, Brasiliense, 1983.
- VARNHAGEN, F. Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). História Geral do Brasil (5 v.). SP, Melhoramentos; Brasília, INL, 1975.

"Primeira Versão" é uma nova publicação do IFCH. Destina-se a abrigar aqueles trabalhos de circulação restrita, seja porque são parte de uma pesquisa em andamento, seja por estarem voltados para atividades didáticas, ou ainda, são 'papers' apresentados em reuniões fora do âmbito do Instituto.

"Primeira Versão" é, portanto, uma publicação predominantemente voltada para a circulação interna; mas, por isso mesmo, pode vir a preencher um papel importante na vida acadêmica e intelectual do IFCH.

"Primeira Versão" está aberta a todos os professores do Instituto. As propostas de publicação deverão respeitar o limite máximo de 50 páginas e sua tiragem será em torno de 70 exemplares. Os originais devem ser entregues no Setor de Publicações.

Comissão de Publicações:  
Décio A.M. Saes  
Denise Bottmann  
Sidney Chalhoub

Setor de Publicações:  
Mada Penteado  
M. Cimélia G. Bressan  
Marilza A. Silva

PRIMEIRA VERSÃO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CONTABILIDADE

A TÍTULA

IFCH/UNICAMP

CP 6110 - 13081 - Campinas - SP

Tel.: (0192) 39.1140 / 39.3327

Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.4717